

## SÍNTESE POLÍTICA

### CINCO MESES DE GOVÊRNO

*As condições em que o atual govêrno encontrou o país eram das mais graves e difíceis. No campo financeiro, por exemplo, a situação chegava a ser de calamidade. Cinco meses decorridos, ganha relêvo um esforço de recuperação sério, honesto e respeitável. Para o bom êxito dêsse esforço o povo está contribuindo com a sua quota de sacrifícios, certo de que, dentro dos rumos atuais, pode confiar no advento de melhores dias.*

O GOVÊRNO do Presidente JÂNIO QUADROS terá de ser apreciado, no primeiro semestre de sua duração, sob dois aspectos diferentes do ponto-de-vista da política, tomada a expressão como deve sê-lo, em amplo sentido.

1. De um lado, a política interna, compreendendo-se nesta os diversos ramos de administração, que por si constituem sempre política. Há, com efeito, uma política econômica, uma política financeira, uma política salarial, uma política monetária, e até uma política propriamente política: a que define suas relações com os partidos e seus líderes. E, em contraposição, outra — a política de relação com as demais Nações.

No que se refere à primeira, forçoso é reconhecer que a opinião pública tem recebido com agrado e confiança a ação decidida do Presidente, quando deliberou e vem cumprindo o difícil encargo de restabelecer as boas normas administrativas, tanto no que diz respeito à correta execução dos serviços públicos, como principalmente ao soerguimento do crédito nacional profundamente abalado com o delírio inflacionário em que havíamos recaído.

O Sr. JÂNIO QUADROS preocupou-se logo com o estudo dos orçamentos, suas falhas, seus astronômicos *deficits*, e enveredou corajosamente pelo caminho da salvação, ou seja, cortar as despe-

sas adiáveis, sem prejuízo do desenvolvimento do país, gastar o estritamente necessário, não utilizar-se das simples autorizações e caminhar para a verdade orçamentária. Ninguém imaginará que isso se possa efetuar do dia para a noite. É trabalho lento, que impõe sacrifícios a todos, mas indispensável.

No tocante aos nossos compromissos financeiros no exterior, a situação era de calamidade. Todos os especialistas na matéria já fizeram o balanço das responsabilidades nacionais e dos descobertos cambiais que se foram acumulando nestes anos de despesas sem controle. Conclusão: o Brasil não tinha reserva de divisas, de qualquer espécie, para atender os vencimentos imediatos.

A solução consistia em recorrer o Governo a uma nova moratória. Por sinal, a quarta no regime republicano. O Presidente considerou que o debate deveria começar por um leal entendimento com os nossos credores externos. A fim de alcançar esse objetivo, despachou para os Estados Unidos da América, em Missão Especial, o Embaixador WALTER MOREIRA SALLES, e para a Europa, no mesmo caráter, o Embaixador ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS. Ambos, *right men*, desempenharam suas graves incumbências com a maior exatidão. Cumpre dizer que tanto o Governo dos Estados Unidos e suas Agências financeiras, como os institutos particulares de crédito daquele país, estiveram acima da mais simpática expectativa brasileira.

O mesmo aconteceu, em termos semelhantes, com os nossos credores

européus, de modo que antes de seu quarto mês de Governo já o Presidente celebrava os acordos financeiros dados a público, não sem antes dedicar-se à política monetária através da Instrução 204, que extinguiu o câmbio de custo prejudicial à Nação, até as subseqüentes que formam uma cadeia de soluções tendentes à verdade cambial.

Passo grave, mas inadiável. Teria de causar reflexos e abalos imediatos, como todos os remédios heróicos, mas sem cujo emprêgo ninguém sabe onde o país iria parar.

O Sr. JÂNIO QUADROS soube estar à altura do lance; e, como goza de reais simpatias populares, seus adversários não conseguiram atingir a autoridade do Governo. O povo suportou as conseqüências inevitáveis, como o aumento do custo da vida, na esperança de melhores dias.

As grandes linhas da política financeira e monetária acham-se fixadas. Do mesmo passo, no tocante aos problemas econômicos, notadamente o café. Para todos esses lados tem o Governo voltado as melhores atenções.

No referente propriamente aos partidos, o Sr. JÂNIO QUADROS não se prendeu a qualquer deles. Nem mesmo aos que, como a U.D.N., colaboraram ostensivamente em sua vitória de outubro. Seu Ministério não foi organizado em bases partidárias. Nêle se acham representantes de partidos, mas pela livre escolha e a critério do Presidente.

Em face do Congresso, o Governo não cogitou nem de captar o apoio de seus adversários; nem

de hostilizá-los. Entregou a solução das questões que interessam ao Executivo (portanto, ao país) às responsabilidades das diversas bancadas.

Não se pode nesta altura afirmar — afora vozes isoladas, quase sempre as mesmas — que o Presidente esteja a braços com uma oposição numerosa, pugnaz e organizada.

Ao contrário; no episódio do projeto, saído da Câmara, estabelecendo o “horário corrido” para os funcionários da União, o que se viu foi o Senado rejeitá-lo por forte diferença — trinta e três votos contra apenas dezessete. E com uma circunstância digna de ser assinalada. Na véspera da votação, empossou-se como representante de Goiás o Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK, fazendo timbre de assinar, para o projeto do horário, o requerimento de “urgência-urgentíssima”. Com tudo isso, a proposição foi derrotada de lés-a-lés.

Até agora não há notícia de composições entre o Governo e seus adversários no Congresso. O Sr. JÂNIO QUADROS parece seguro de que nem a Câmara nem o Senado, para combatê-lo, ousarão ficar contra os interesses do povo. E assim está realmente acontecendo.

2. No tocante ao comportamento do Governo QUADROS em relação aos demais povos com os quais temos e não temos atualmente relações diplomáticas, não houve qualquer alteração na linha programada por S. Excia. desde o início de sua administração.

Quanto à crise cubana, S. Excia. prefere apegar-se ao princípio básico da não-intervenção, que é

fundamental no sistema interamericano, e considerar que o lema da autodeterminação dos povos não deve ser pôsto de lado no considerar-se o problema da pérola das Antilhas.

Que a não-intervenção rege as relações entre os países do nosso Continente, não há a menor dúvida. O mesmo terá de dizer-se no referente ao princípio da autodeterminação. Mas esta — cumpre reconhecer — significando o direito de cada povo escolher livremente o seu regime e o seu Governo, não prescinde do apêlo às urnas. Ora, nesse particular o Sr. FIDEL CASTRO fechou tôdas as saídas, declarando em solene discurso, proferido em Havana após a malograda invasão feita por seus adversários, que “em Cuba não haverá mais eleições”. Ficamos, portanto, em frente de uma ditadura violenta, a cujo favor não se pode reconhecer aquêle grande preceito indispensável à boa convivência internacional.

A nosso ver, a situação criada em Cuba, pela sovietação do Governo, oferece grandes perigos à paz e segurança do hemisfério, pois ali se acham em plena ação soviéticos e comunistas chineses. Há notòriamente, no país, uma preparação militar na qual intervem estrangeiros de procedência marxista, e abastecidos de armamentos mandados da U.R.S.S. e seus satélites. Ninguém mais sabe o que realmente ali ocorre. Segundo as últimas notícias, lá estão sendo montadas, na ilha, até bases de foguetes.

O tempo em política, como em tudo, exerce considerável influência para as soluções difíceis. MA-

CHADO DE ASSIS o denominou o "grande químico".

Nesta altura, talvez uma Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos diversos países do Continente, longe de encontrar uma fórmula conveniente, viria agravar a situação e pôr em risco a coesão das nossas Repúblicas.

Quanto à perspectiva de que o nosso Governo venha a entabular relações diplomáticas com a U.R.S.S., cumpre dizer que essa hipótese parece avizinhar-se. A ida de uma Missão soviética recentemente a Brasília faz-nos admitir essa possibilidade.

Mas jamais perdemos a confiança na orientação profunda do Presidente QUADROS que definiu — e tem reiteradamente renovado — sua integração com o mundo

livre — o do Ocidente — e sua fidelidade aos compromissos interamericanos. Ora, êsses compromissos (Tratados, Acordos e Declarações) versam invariavelmente contra a expansão do comunismo internacional.

Talvez as aparências não sejam encorajadoras. Nós, porém, como observadores sinceros, mantemos confiança em que a posição do nosso país não se distanciará do seu eixo natural: cristão e democrático.

A política não se alimenta — é certo — de profecias. Nem tentamos fazê-las. O que escrevemos é fruto da convicção íntima, do aprêço pela dignidade do Chefe da Nação e, além do mais, pela certeza de que êste é o sentimento dominante na imensa maioria da Nação.